

PROGRAMA NACIONAL DE BANDA LARGA: CONECTANDO O BRASIL, PLURALIZANDO O DEBATE

Sergio Benício Carvalho de Mello*
Cédrick Cunha Gomes da Silva**

Do Contexto à Problematização

A adoção da Internet banda larga¹ ganhou força em diversos países desenvolvidos no final da década passada, onde a criação de programas de universalização do acesso à rede passou a ser considerada como uma das soluções arrebatadoras para a superação da crise econômica iniciada em 2008. Países como Finlândia, França e Rússia buscaram por meio dos seus projetos de popularização da banda larga alcançar uma recuperação frente às ameaças trazidas pela crise.

Paralelamente a esses eventos, o Brasil deu início ao debate sobre o desenvolvimento de um plano para disponibilizar acesso à Internet banda larga para toda sua população. O até então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, convocou reunião decisiva com representantes governamentais para dar início ao Programa Nacional de Banda Larga (PNBL). No encontro, diversos

membros do Governo apresentaram panoramas do acesso à Internet no Brasil, assim como, propostas de planos para a universalização da mesma e da utilização das redes de fibras óticas da Eletronet.²

Os primeiros sinais de interesse do Governo pela banda larga no país surgiram em 2007 quando se deu início o debate para desenvolver um programa, hoje conhecido como Banda Larga nas Escolas, para alcançar melhorias na educação pública. De acordo com Peixoto (2010), a ideia de universalização da banda larga nada mais era do que a massificação do acesso à Internet nas escolas brasileiras. Porém, o debate em torno de atender aos domicílios é recente, assim como, sua inserção nas agendas de políticas públicas.

A Internet se tornou onipresente no cotidiano da sociedade informacional. Diante de sua contínua transformação e desenvolvimento, podemos hoje vislumbrar parte do

potencial de seu uso e aplicação. A produção, aquisição e o fluxo dinâmico de informações e conhecimento faz parte do mundo em que vivemos, influenciando, inclusive, a economia dos países que a utilizam. Nesses, as redes globais de informação se tornaram uma infraestrutura indispensável. Mas, quais são as influências concretas dessa tecnologia na vida cotidiana?

Não há dúvidas, por um lado, quanto ao potencial da Internet. Percebemos uma grande incursão da mesma na economia, na vida em família, na educação, nas relações de trabalho, assim como, nas relações entre indivíduos por meio das diversas redes sociais online como Twitter e Facebook. A Internet tem transformado as atividades dos grandes centros urbanos e das organizações. Da mesma forma que outras Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) têm contribuído para a reconfiguração dos espaços urbanos, a Internet tem provocado mudanças significativas na práxis e nas relações sociais (LE MOS, 2004).

Por outro lado, a implantação dessas novas tecnologias na vida cotidiana tem afetado a distribuição dos benefícios sociais e gerado uma alteração intensa no modo de hierarquização de poderes entre os sujeitos. Esses processos levantam questões importantes em torno de quem tem ou não acesso a essas tecnologias e quem são aqueles que têm posse e controle sobre elas. E quanto à justiça social e econômica? Até que ponto a banda larga contribuiria para o resgate da dívida social brasileira?

Ao mesmo tempo em que o desenvolvimento e adoção da Internet banda larga trás contribuições, por exemplo, para a educação, para o governo e para o comércio, percebe-se que essas novas tecnologias mediam e desafiam as hierarquias sociais existentes e a divisão da sociedade em classes, agora conhecidas como “divisões digitais”.

Este artigo argumenta sobre essas diversas questões. No entanto, estamos mais interessados em avaliar e caracterizar as formas como os diferentes sujeitos se articulam e se identificam com outros nos de-

bates sobre o desenvolvimento e implantação do PNBL. Para nos guiar ao alcance desses objetivos fizemos os seguintes questionamentos: Quem são os sujeitos envolvidos na construção discursiva do PNBL? Como eles se articulam e constituem cadeias de equivalência diante de um ambiente político de incertezas e instabilidades? Em que momento ocorre a construção das identidades políticas dos sujeitos inseridos nessas práticas discursivas? Que tipos de lógicas e elementos discursivos estão presentes nesse jogo político? Quais as posições ocupadas pelos sujeitos dentro das cadeias discursivas em torno do PNBL?

As várias faces da Divisão Digital

Diversos discursos analisados por meio desse estudo falam, insistentemente, em uma inclusão digital que precisa ser alcançada. Essa remete à ideia de democracia e cidadania. A inclusão digital parece ser algo essencial para o desenvolvimento de uma sociedade na era informacional. Entretanto, seria o acesso à rede a única questão a ser considerada nesse debate?

Com a Internet, a população menos favorecida socioeconomicamente pode se comunicar diretamente com seus governantes ou com os órgãos e entidades do governo. Porém, pesquisa³ do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), publicada em 2011, demonstra que a utilização dos mecanismos de governo eletrônico, o *e-gov*, ainda é muito simplória. Dos 18.768 entrevistados, foi identificado que apenas 26% (residentes em área urbana) e 7% (residentes em áreas rurais) acessaram portais de *e-gov* nos últimos 12 meses. Além disso, o maior percentual daqueles que assim o fizeram são, os indivíduos que possuem grau de instrução Superior (66%) e os pertencentes à classe A (64%). No total dos entrevistados, apenas 23% afirmaram ter acessado serviços de *e-gov*. Diante dessas informações, fazemos o seguinte questionamento: porque a Internet e os serviços de governo online não têm tido maiores demandas e participação política da população? O que precisa ser feito para que

Programa Nacional de Banda Larga: conectando o Brasil, pluralizando o debate

Carvalho Sergio B. de Mello e Cédrick Cunha G. da Silva

populações socioeconomicamente desfavorecidas se engajem em debates políticos?

A divisão digital, muitas vezes, é conceitualizada de forma incompleta e vazia por agências de governo e mesmo pela mídia. Ela é em várias instâncias tratada simplesmente como a ausência de acesso, no sentido de posse ou permissão para utilizar determinados tipos de tecnologias (por exemplo, computador e Internet). Dessa forma, a inclusão digital seria considerada em uma visão neoliberal como a disponibilização em massa ou serviço universal de acesso pelas empresas provedoras de Internet. Essas definições essencialistas negligenciam e inviabilizam problemas mais complexos que não deveriam ser desconsiderados da definição de inclusão digital.

Diversos problemas de divisão social, por exemplo, as diferenças de gênero têm sido minimizadas nas últimas décadas. Por outro lado, outras desigualdades têm se aprofundado ou, no mínimo, persistido. A divisão digital se enquadra nessa segunda situação pelo fato de diversos sujeitos tornarem difícil, se não impossível, a universalização e equidade do acesso não só à Internet, mas às TICs de uma forma geral. Visto isso, como é possível desenvolver um acesso igualitário se constantemente são criadas novas soluções, por exemplo, de acesso à rede? Recentemente, ocorreu o lançamento da Internet móvel de 4ª geração (4G). De acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), apenas as cidades sedes e subsedes da Copa do Mundo Fifa 2014 terão a tecnologia até final de 2013. Como a Federação brasileira é composta por mais de 6000 municípios, parece-nos que poucos brasileiros terão acesso à mesma no curto prazo.

Por sua vez, o conceito de serviço universal recebe diferentes tratamentos devido a aspectos sociais, políticos, econômicos e, até mesmo, geográficos. Em grande parte dos países que passaram por um forte processo de privatização do mercado de telecomunicações, foi considerado que esse serviço deveria ser de incumbência das empresas privadas ou provedoras dos serviços de tele-

comunicações. Porém, esse conceito sempre foi direcionado aos serviços de telefonia fixa. Devido ao aumento da utilização da Internet, tem-se buscado considerá-la como parte desse conceito, afinal, ela apresenta um grande potencial de ativação socioeconômica e geopolítica.

De acordo com Servon (2002, p.3), a possibilidade de explorar a abertura da Internet e sua capacidade de dar suporte para as atividades e ações das redes está “revolucionando a forma na qual indivíduos, comunidades, firmas, governos, e outras instituições e organizações se engajam com o resto do mundo”. Porém, para se alcançar esses objetivos devem-se garantir os recursos, a educação, as habilidades e o acesso necessários para acompanhar a dinâmica e avanço da sociedade contemporânea.

A exclusão digital, no entanto, está relacionada a problemas muito mais complexos como a pobreza e a desigualdade. O acesso à Internet pode contribuir para o combate a esses problemas. Não é apenas por meio do acesso que eles serão solucionados, mas este é um bom primeiro passo (SERVON, 2002). A implantação de um projeto de popularização da Internet pode contribuir para o que Mouffe (2000) chama de democracia radical e plural, onde espaços políticos para a articulação das diversidades de visões e soluções de problemas da população é possível. Por meio dela, diversas comunidades, inclusive àquelas antes excluídas, teriam voz.

A exclusão digital pode ser entendida no contexto da sociedade informacional como uma forma de exclusão social. De acordo com Mitchell (1997, p. 436), “as novas tecnologias de informação e comunicação têm o potencial de serem socialmente bastante divisíveis, a não ser que elas estejam disponíveis a todos”. É nesse âmbito que surgem as disputas pela significação do que seria um “serviço universal”, “universalização do acesso” e “inclusão digital”. Frente à diversidade de problemas que podem advir do uso das TIC e dos seus problemas conceituais, nos questionamos se realmente é possível universalizar esses serviços?

**Programa Nacional
de Banda Larga:
conectando
o Brasil,
pluralizando
o debate**

**Carvalho Sergio
B. de Mello e
Cédrick Cunha
G. da Silva**

Além da preocupação com infraestrutura e aparatos para possibilitar Internet para toda a população, outras preocupações e aspectos relacionados a universalização do acesso de banda larga se apresentam. Existe na sociedade informacional uma lacuna básica entre aqueles que são aptos⁴ a utilizar novas tecnologias e aqueles inaptos. Da mesma forma, os que possuem acesso em banda larga têm maior poder nesse mundo de informações e conhecimentos. Afinal, velocidade é poder (VIRILIO, 1997). Outro aspecto a ser considerado é quanto à democratização dos conteúdos trafegados na rede com o intuito de garantir a diversidade cultural nos vários meios de acesso à sociedade da informação.

A Internet serve como um instigante caso a ser estudado pelo fato de estar acontecendo um amplo debate entre diferentes sujeitos em torno de uma tentadora inclusão digital. Alguns dos objetivos como a universalização do acesso à banda larga, ou em nosso caso, a implantação do PNBL, podem estar relacionados a, no mínimo, três razões, também destacadas em artigo da OCDE (2006). São elas: *razão econômica*, à medida que possibilitará aumento no número de consumidores dos serviços relacionados à Internet; *razão social*, relacionada aos problemas de exclusão digital pela falta de acesso a rede; e, *razão política*, por conta das decisões de governantes em determinadas situações e circunstâncias (por exemplo, como diferencial competitivo em período eleitoral).

Então, o Programa Nacional de Banda Larga surge no contexto brasileiro como uma possível solução para os problemas discutidos até o momento. As políticas de inclusão digital, no Brasil, são profundamente dependentes da forma com que essa é discursivamente articulada, representada e avaliada. Analisar como a inclusão digital tem sido significada se apresenta como uma tarefa fundamental para o futuro dessas políticas e seus impactos na sociedade. Para tal, devemos nos perguntar: como a inclusão digital está sendo conceitualizada e articulada nos discursos em torno do PNBL? Seria essa conceitualização

adequada aos objetivos do PNBL e à realidade da sociedade informacional?

O Programa Nacional de Banda Larga

Em 12 de maio de 2010, foi instituído, por meio do Decreto nº. 7.175⁵ o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL). Esse surgiu com o objetivo de promover inclusão digital de grande parte da população brasileira através do uso e fornecimento de bens e serviços de TIC. De acordo com tal decreto seria possível por meio do programa:

- a) Massificar o acesso a serviços de conexão à Internet banda larga;
- b) Acelerar o desenvolvimento econômico;
- c) Promover a inclusão digital;
- d) Reduzir as desigualdades social e regional;
- e) Promover a geração de emprego e renda;
- f) Ampliar os serviços de Governo Eletrônico e facilitar aos cidadãos o uso dos serviços do Estado;
- g) Promover a capacitação da população para o uso das tecnologias de informação;
- h) Aumentar a autonomia tecnológica e a competitividade brasileira.

De acordo com o documento base do PNBL,⁶ o objetivo inicial foi de disponibilizar banda larga de 1Mbps ao preço de R\$ 35,00, e ao preço de R\$ 29,90 para as localidades que recebem isenção fiscal e tributária. O Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital (CGPID)⁷, instituído pelo Decreto nº 6.984 de 25 de agosto de 2009, foi nomeado como responsável para fixar as ações necessárias para a implementação do PNBL e para realizar a gestão e acompanhamento do mesmo. Dessa forma, o Comitê ficou responsável por definir as ações, metas e prioridades do PNBL; desenvolver e manter parcerias entre entidades públicas e privadas; fixar a definição técnica de acesso à banda larga para o programa; manter controle e avaliação sobre as ações de implementação; e, publicar anualmente relatório das ações, metas e resultados do PNBL.

Programa Nacional de Banda Larga: conectando o Brasil, pluralizando o debate

Carvalho Sergio B. de Mello e Cédrick Cunha G. da Silva

Com o intuito de alcançar os objetivos do programa, coube a Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) implementar a rede privativa de comunicação da administração pública federal; prestar apoio a políticas públicas de conexão à Internet banda larga, por exemplo, para universidades, centros de pesquisa, hospitais, escolas e telecentros comunitários, assim como, para localidades ou pontos de interesse público; promover a infraestrutura e redes de suporte a serviços de telecomunicações prestados por empresas privadas, Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades sem fins lucrativos; e, por fim, atender a usuários finais com serviços de conexão à Internet banda larga naquelas localidades que não ofertem serviços adequados.

Outra entidade envolvida no programa é a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) que ficou responsável por implementar e executar a regulação dos serviços de telecomunicações e da infraestrutura de rede de suporte de banda larga, seguindo também as políticas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações. Algumas das diretrizes que orientam tal entidade referem-se, por exemplo, à promoção de concorrência e da livre iniciativa, ampliação da oferta de Internet banda larga por meio da instalação da infraestrutura de telecomunicações adequada e gestão da infraestrutura pública como forma de reduzir os custos do serviço de banda larga.⁸

Para garantir recursos nos casos em que fosse comprovada a inviabilidade financeira das empresas provedoras no processo de universalização, foi criado o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), nos termos da Lei nº. 9.998/2000. De acordo com a lei, o Ministério das Comunicações seria o responsável por traçar diretrizes, programas e ações para aplicação dos recursos do plano, enquanto que a Anatel seria responsável pela execução. A maior dificuldade encontrada para fazer uso dele para outros tipos de serviços de telecomunicações além da telefonia fixa foi que, de acordo com o Tribunal de Contas da União

(TCU), o Fust não poderia ser aplicado a serviços prestados no âmbito privado. A empresa de consultoria em telecomunicações Teleco e parte da Mídia criticam o fato dos gastos com a implantação do PNBL está sendo paga em grande parte pelos impostos pagos pelos contribuintes, enquanto o Fust aporta bilhões de reais sem utilização.

Além desses, o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), criado pela Portaria Interministerial nº. 147 de 31 de maio de 1995 e alterado pelo Decreto Presidencial nº. 4.829/2003, contribui com a coordenação e integração de todas as iniciativas de serviços de Internet no país. Coordenado pela Casa Civil e pela secretaria executiva do Gabinete Pessoal do Presidente da República, o mesmo possui algumas atribuições como a proposição de normas relativas à regulação das atividades na Internet e a promoção de estudos para coleta, organização e disseminação de informações sobre os serviços de Internet no país.

Após pouco mais de um ano de pesquisas e acúmulos de informações por parte do governo, com o objetivo de adequá-lo a realidade socioeconômica brasileira, o projeto foi lançado, em 2011, em diversos estados. O mesmo ressurgiu então como palco central de debates políticos entre diversos sujeitos sociais, políticos e econômicos, sendo esses, muitas vezes, antagônicos e pertencentes tanto à esfera pública como privada.

Esses debates giram em torno de diversos aspectos como o planejamento, a estruturação e a implantação do PNBL nas cidades brasileiras. Questiona-se, por exemplo, o porquê de o governo brasileiro ter optado por um modelo de gestão que conta com forte participação da iniciativa privada, e se esse tipo de serviço, como alguns blogueiros afirmam, deveria ser considerado como direito básico do cidadão e dessa forma ser um serviço de prestação pública. A decisão e lançamento do Decreto que institui o PNBL chamou atenção pelo fato de ocorrer a menos de um ano da eleição presidencial que viria a ser vencida pela atual Presidente Dilma Rousseff. Além disso, o decreto gerou polêmica à medida que

Programa Nacional de Banda Larga: conectando o Brasil, pluralizando o debate

Carvalho Sergio B. de Mello e Cédrick Cunha G. da Silva

reativou a Telebrás com o papel essencial de executor dos objetivos propostos para a implantação da banda larga. A Global Info e a Anatel demonstram apoio a reativação da mesma, enquanto parte da mídia se mostrou contra.

Na Figura 1, podemos visualizar alguns dos principais sujeitos que influenciam e são impactados tanto na produção como no consumo dos serviços do PNBL. Além dos grupos apresentados anteriormente, estão presentes nela, as instituições de pesquisa e consultoria como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Teleco; a rede de micros, pequenos e médios provedores de Internet, a Global Info; a Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil); o Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviços Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil); a Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste); além, da mídia que tem contribuído com os informativos do programa e a promoção de discussões sobre o tema e alguns usuários de Internet. Pode-se notar que todos eles influenciam em maior ou menor grau na formação do discurso sobre o programa, estando de algum modo interligados. Cada um deles foi tratado para fins deste artigo como distintas fontes discursivas em torno do PNBL.

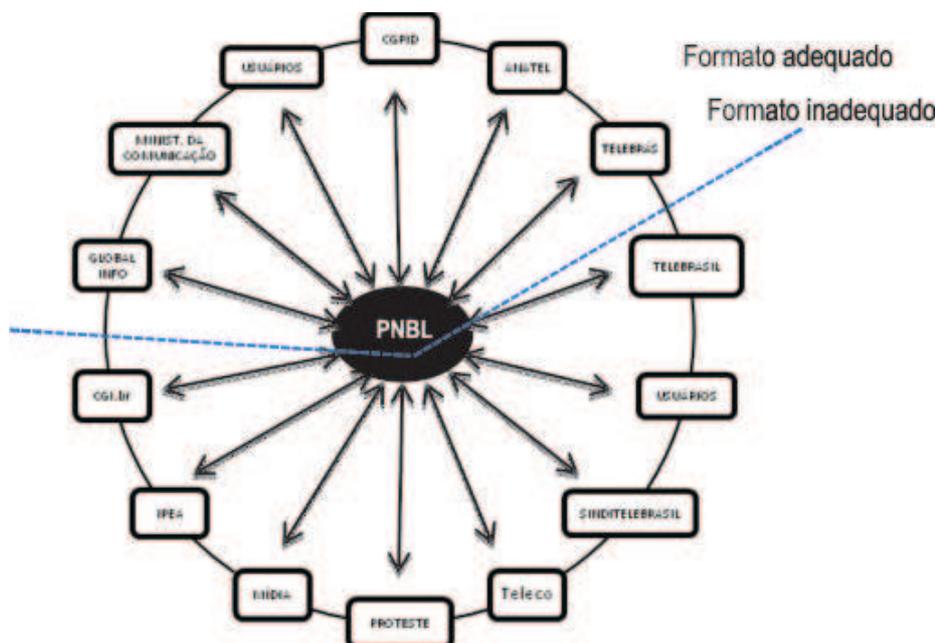
A implantação de um novo sistema tecnológico como o PNBL, impacta diretamente nas subjetividades políticas dos indivíduos inseridos nessa sociedade informacional à medida que eles se posicionam dentro de uma rede discursiva e se identificam com outros por meio de cadeias de equivalência. Após a análise dos discursos dos grupos relevantes ao desenvolvimento do PNBL, identificamos a formação de algumas dessas cadeias. Na Figura 1, podemos visualizar duas, a primeira formada pelo CGPID, Anatel, Ministério das Comunicações, Global Info, Telebrás e alguns usuários de Internet; enquanto na segunda, estão presentes o CGI.br, Ipea, Teleco, Telebrasil, Sinditelebrasil, Proteste, Mídia e usuários. Nesse sentido, essas subjetividades representam as maneiras pelas quais os grupos atuam e se posicionam em relação a determinados discursos. O interessante ao se debruçar na análise e estudo desse objeto é a tentativa de entender e explicar a emergência e a lógica dos diversos discursos em torno do PNBL, identificando também como as identidades são construídas e servem de polos para agentes sociais e políticos.

Os eventos anteriores ao lançamento do PNBL de alguma forma foram importantes para se chegar ao formato em que se encontra o

Programa Nacional de Banda Larga: conectando o Brasil, pluralizando o debate

Carvalho Sergio B. de Mello e Cédrick Cunha G. da Silva

Figura 1 – Grupos relevantes ligados ao PNBL



Fonte: os autores.

programa, sendo assim, esse artigo manteve o foco no período a partir de 2008, antes da instituição do programa. Peixoto (2010) destaca que quatro eventos foram importantes para o desenvolvimento da agenda de universalização da banda larga no Brasil. A autora apresenta como sendo esses eventos: a tentativa de criação do Serviço de Comunicações Digitais; a publicação do estudo Brasil em três Tempos pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; a troca de obrigações de universalização no âmbito do Plano Geral de Metas para a Universalização das Telecomunicações; e, por último, o comando do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a elaboração de um plano nacional de banda larga. A autora ainda identificou em seu estudo um alto grau de fragmentação do debate em torno da universalização da banda larga no governo federal, baixa relevância das regras e instrumentos de planejamento formais relativos ao setor de telecomunicações e a participação secundária da sociedade civil e do Poder Legislativo na formação da agenda.

Caminhos trilhados

Algumas etapas iniciais foram assumidas na realização desse texto. Considerando que nos propomos a explorar os discursos dos grupos relevantes na construção do PNBL, tornou-se necessária a construção de um *corpus* que fornecesse elementos apropriados

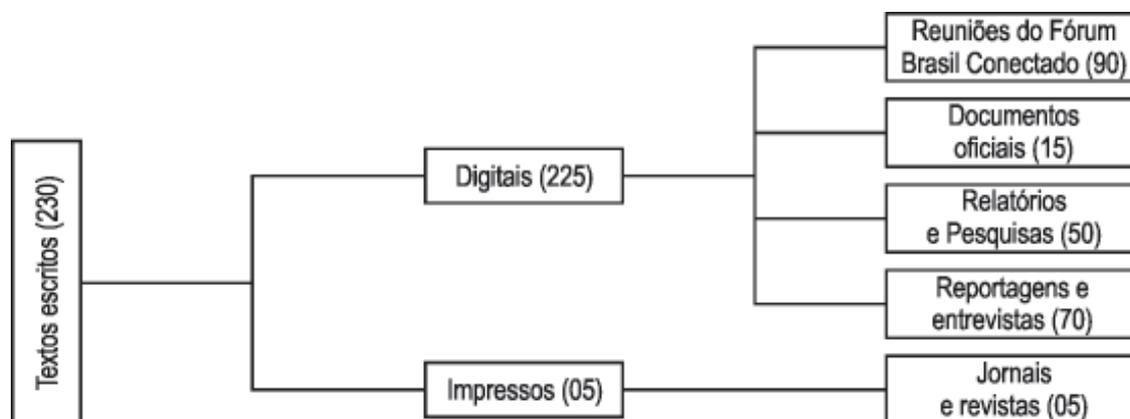
para a análise e alcance dos objetivos do estudo. A construção do *corpus* de pesquisa é entendida como critério de confiabilidade e validade das pesquisas sociais, porém ela é inevitavelmente aleatória (BAUER, AARTS, 2002; MINAYO, 1998). Primeiro, procurou-se identificar quais são os grupos relevantes ao PNBL, partindo-se do decreto que o instituiu. Tendo identificado aqueles a serem considerados na análise, o *corpus* desta pesquisa foi delimitado tanto por seus documentos oficiais, por exemplo, documento base do PNBL, acordos e concessões; como também, por suas enunciações em audiências públicas e declarações oficiais.

Foram considerados inicialmente dados referentes ao período de maio de 2010 (data em que o PNBL foi instituído) até março de 2012. Porém, identificou-se a importância de ampliar a janela de tempo de modo a incluir anos anteriores a sua instituição por já apresentarem a existência de debate quanto à universalização da banda larga doméstica. Aqui, tomou-se o cuidado de selecionar textos que mencionassem aspectos relevantes para o alcance dos objetivos da pesquisa tentando-se focar em três grupos principais: sociedade civil, esfera pública e mercado de telecomunicações. O nosso *corpus* pode ser claramente visualizado na Figura 2 a seguir:

Programa Nacional de Banda Larga: conectando o Brasil, pluralizando o debate

Carvalho Sergio B. de Mello e Cédrick Cunha G. da Silva

Figura 2 – *Corpus* da pesquisa com categorias textuais



Fonte: os autores.

Seguindo as recomendações de Bauer e Aarts (2002), o *corpus* desta pesquisa foi pautado nas normas de validade referentes à exaustividade, homogeneidade, representatividade e pertinência. Após as fases preliminares de identificação dos grupos a serem analisados e da coleta de dados, foram realizadas leituras exaustivas dos materiais nos deixando impregnar por seus conteúdos de modo a verificar se os textos continham informações pertinentes ao objetivo de pesquisa, como sugerido por Minayo (1998). Foi concedida grande atenção para as diversas formas discursivas, focando-se em textos e documentos responsáveis pela construção dos discursos em torno do PNBL.

Para a análise dos materiais empíricos, buscou-se desenvolver uma aproximação e articulação da Análise do Discurso (AD) com a TD, em que a primeira se apresentou como método de tratamento da linguagem, aqui em forma de texto, e a segunda como referencial teórico-metodológico ou gramática analítica geral (BURITY, 2007). De acordo com Burity (2007, p. 80), “a TD não funciona como única referência teórica”. Ela procura se articular com as particularidades e os conhecimentos já estabelecidos no campo de saber relativo a cada objeto. Dessa forma, buscamos articulá-la com teorias que tratassem dos temas de Inclusão Digital e Comunidade de modo a interrogar os discursos envolvidos no PNBL. A análise de discurso do material empírico foi estruturada em torno de várias fontes representadas pelos pontos de referência apresentados na Figura 1.

A Teoria do Discurso nos possibilita um entendimento tanto da linguagem quanto da realidade social construída por meio dessa. Outra importante contribuição da teoria está no fato de propor um entendimento das contestações políticas e do processo de fixação parcial de sentido. Além disso, a TD nos fornece um conjunto de ferramentas conceituais com as quais é possível questionar os discursos formadores das identidades.

A Teoria do Discurso do Programa Nacional de Banda Larga

Práticas sociais e políticas que envolvem uma nova tecnologia ou novo sistema tecnológico refletem as tensões entre a difusão e apropriação da mesma. Essas tensões podem vir a constituir um campo de lutas hegemônicas que visam à construção e estabilidade de pontos nodais que formam as bases para as chamadas novas ordens sociais. Essas lutas representam uma intensa articulação entre elementos dos discursos de diferentes agentes em torno de um mesmo ponto nodal e também são responsáveis pela escolha de um projeto hegemônico em vez de tantos outros possíveis (LACLAU e MOUFFE, 2001). A articulação não deve ser pensada apenas em termos ideológicos ou culturais, mas também em torno de práticas e instituições materiais. Como vimos, os debates em torno do PNBL envolvem um grupo de entidades e instituições materiais como a Telebrás e a Anatel que se articulam, muitas vezes, por meio de suas práticas também materiais, a primeira sendo responsável pela infraestrutura e a segunda pela regulação do mercado de telecomunicações.

Em sua conceitualização de discurso, ou seja, a totalidade estruturada resultante da prática articulatória, Laclau e Mouffe (2001), introduzem mais três categorias, que são somadas à categoria de articulação, no intuito de justificar também sua concepção de identidade. São elas: os *momentos*, definidos como sendo as posições diferenciais que aparecem articuladas em um discurso; os *elementos*, os quais são essas diferenças que não se apresentam discursivamente articuladas por razão de seu caráter flutuante adquirido em períodos de deslocamento e crise social; e, por último, os *pontos nodais*, que são pontos de referência em um discurso, sendo responsáveis por gerar convergência dentro de um sistema de significados.

Ao nos debruçarmos sobre os discursos em torno do PNBL identificamos que o *acesso* é o ponto nodal. Todos os discursos anali-

**Programa Nacional
de Banda Larga:
conectando
o Brasil,
pluralizando
o debate**

**Carvalho Sergio
B. de Mello e
Cédrick Cunha
G. da Silva**

sados referenciavam em vários momentos tal elemento e realizavam a retórica e argumentação em torno do mesmo. Ele nos ajudou a compreender melhor como é possível o surgimento de identidades ou formações sociais. Visto isso, nossa análise buscou partir do elemento acesso para identificar outros presentes nos discursos.

A TD procura investigar e analisar como as práticas sociais, determinadas pelos discursos, formam sistematicamente as identidades dos sujeitos. Esse processo é possível por meio da articulação e rearticulação entre vários elementos significantes e contingenciais pertencentes e disponíveis a um campo discursivo (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000). Laclau e Mouffe (2001) concordam com a concepção do sujeito construído por meio dos discursos, porém, vão adiante ao realizar a distinção entre dois conceitos: *posição de sujeito*, inserida em uma estrutura discursiva, em que o sujeito pode ocupar diferentes posições dependendo dos contextos e das articulações; e, *subjetividade política*, que está relacionada às formas de ação dos sujeitos sociais (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000; LACLAU; MOUFFE, 2001).

No debate quanto ao desenvolvimento e implantação do PNBL, duas posições principais foram identificadas, uma a favor do formato em que o programa está sendo implantado e outra em defesa da necessidade de mudanças no mesmo. Essas duas visões constituem cadeias de equivalência que foram representadas na Figura 1 e suas práticas contribuem para a constituição de suas identidades políticas. Os sujeitos que defendem o formato atual do PNBL e que acreditam que o mesmo têm condições de alcançar todos os objetivos definidos pelo Decreto 7.175/2010 são representados pelo Ministério das Comunicações, Anatel, Telebrás, CGPID, Global Info e usuários. Os que argumentam sobre a necessidade de adequação do programa a realidade brasileira por meio de mudanças são representados pelo Sinditelebrasil, Telebrasil, Ipea, Teleco, Mídia, Proteste, CGI.br e usuários. Os usuários de

Internet estão representados em ambas as cadeias de equivalência pelo fato de alguns serem a favor e outros contra o atual formato do programa. O processo de equivalência se dá quando os discursos concordam entre si, apesar de nenhum discurso ser único nem totalmente livre de conflitos (LACLAU & MOUFFE, 2001). Algumas das mudanças defendidas pelo segundo grupo de sujeitos estão relacionadas tanto à legislação quanto à forma de gestão do PNBL (se deve ser uma gestão pública, privada ou mista).

As cadeias de equivalência apresentadas não são as únicas. Dependendo do foco ou tema do debate, os sujeitos podem se rearticular em outras por meio de deslocamentos. Por exemplo, alguns sujeitos presentes na segunda cadeia irão discordar a respeito do modelo de gestão do PNBL, compondo cadeias de diferenças. A ideia de deslocamento refere-se à possibilidade de transformações ou mudanças nas identidades políticas e em suas posições dentro da estrutura ou campo discursivo (LACLAU; MOUFFE, 2001). Ela pode ser compreendida como processos que tornam visíveis o caráter contingencial da arena social e política. O mesmo apresenta aspectos tanto positivos quanto negativos à medida que representa o momento em que o sujeito se movimenta de uma identidade política para outra.

Por meio de nossa análise foi possível observar outras mudanças de posições dos sujeitos envolvidos no debate sobre o PNBL. Em determinado momento se observa, por exemplo, uma equivalência entre a Telebrás e o CGI.br em defesa de uma Gestão Mista para o programa. No entanto, quando o debate passa a ser em torno da adequação ou não do mesmo à realidade brasileira, como vimos anteriormente, a Telebrás passa a defender o formato atual do programa, enquanto o CGI.br defende que mudanças na forma de gerir o programa podem ser efetuadas. Em documento⁹ enviado pelo CGI.br para o Ministério das Comunicações e Anatel, o mesmo indicou uma mudança por meio da separação da rede de transporte e a cri-

Programa Nacional de Banda Larga: conectando o Brasil, pluralizando o debate

Carvalho Sergio B. de Mello e Cédrick Cunha G. da Silva

ação de um provedor específico para gerenciar a infraestrutura e outro responsável pela prestação do serviço:

[...] separação estrutural é uma forma de regulação que exige a separação do provedor de infraestrutura dos provedores de serviços em figuras jurídicas distintas e com controle acionário distinto, ficando vedada ao provedor de infraestrutura a prestação de serviços para o usuário final, o poder público garantindo a relação comercial isonômica do provedor de infraestrutura para todos os provedores de serviços (CGI.br, 2008).

As mudanças de posições ocorrem pelo fato dos antagonismos estarem sempre presentes nos campos discursivos, dada a precariedade e contingência das práticas discursivas. O antagonismo nasce com o embate entre os discursos, mas o antagonismo social só ocorre quando os mesmos se tornam incompatíveis, quando suas identidades políticas não podem mais ser equivalentes (JORGENSEN; PHILLIPS, 2002). Nada mais é do que um movimento em que dois discursos contrários não podem coexistir em harmonia, havendo sempre conflito entre eles. Quando duas identidades políticas fazem exigências distintas e uma exclui necessariamente a outra, elas se tornam antagonicas. (LACLAU; MOUFFE, 2001). Podemos perceber nesse sentido uma disputa de posições por uma significação hegemônica; no caso do PNBL, o problema da exclusão ou divisão digital. Alguns sujeitos definirão a mesma enquanto a falta de acesso à Internet, enquanto outros defenderão um significado mais amplo que englobe outras causas. Ao se discutir as lacunas ou aberturas nos discursos focados simplesmente no acesso torna-se possível a criação de espaços de articulação política que permitam dar voz àqueles antes silenciados. Com a primeira definição se tomando hegemônica poderemos alcançar uma universalização do acesso, porém, sem mudanças sociais, políticas e econômicas.

Diversos governos apresentam em suas propostas de universalização da banda larga a importância da educação para que os fu-

turos usuários façam melhor uso da tecnologia, como também, de investimentos que facilitem a aquisição dos dispositivos ou aparatos que permitirão tal acesso. Porém, muitas vezes, essa preocupação fica presa aos discursos políticos e não se transformam em ações concretas para o atendimento de tais necessidades. Em outros casos, criam-se programas sociais de educação em informática e de facilidades para compra de computadores, mas os mesmos não estão integralizados e apresentam investimentos incompatíveis. Será que o público que está fazendo os cursos ou adquirindo computadores por meio de programas sociais brasileiros são os mesmos que irão fazer uso do PNBL?

Novas barreiras são criadas quando tratamos do idioma dos *conteúdos* que serão trafegados ao longo da rede. Devemos lembrar que os usuários de Internet são consumidores e produtores de conteúdos, porém, ao ser estruturada uma rede de banda larga alguns deles passam a ser privilegiados na medida em que acordos são feitos com grandes produtores de conteúdo da Internet (nacionais e internacionais). Apenas uma referência a essa barreira foi identificada nos discursos analisados. Em entrevista¹⁰ para a *Revista Online* do Instituto Humanistas Unisinos, o ex-diretor da Campus Party Brasil e ativista pela liberdade do conhecimento, Marcelo D'Elia Branco criticou o acordo prévio do PNBL com as operadoras de Internet. Para ele:

o principal erro desse acordo é a tentativa de fazer com que as teles recebam dinheiro pelo volume de conteúdos acessados pelo usuário. Até hoje, dentro da lógica de funcionamento da Internet, quem pode cobrar pelos conteúdos na rede é o gerador de conteúdo e não as operadoras (IHU ONLINE, 2010).

Retornando a ideia de um conceito amplo para a divisão digital, devemos adicionar à questão simples de acesso, os aspectos referentes ao treinamento e aos conteúdos (SERVON, 2002). Diversos sujeitos podem contribuir para a persistência da exclusão digital, onde esses sujeitos são interligados e interagem entre si. Um dos mais explícitos e

Programa Nacional de Banda Larga: conectando o Brasil, pluralizando o debate

Carvalho Sergio B. de Mello e Cédrick Cunha G. da Silva

que já vinha sendo discutido diz respeito aos *custos* de se ter computador, pagar por serviços de manutenção e acesso a rede. Em alguns de seus depoimentos, o SindiTelebrasil, o Ipea, a Telebrás, a Proteste, o CGPID, o Ministério das Comunicações e alguns usuários afirmam que uma das maiores barreiras para a inclusão digital está na baixa renda da população e nos altos custos com o serviços, em sua maioria, por conta de cargas tributárias. No entanto, na maioria desses depoimentos, esses problemas são indicados como causas para a falta simplesmente de acesso a banda larga.

Por meio de um breve levantamento dos debates presentes nas redes sociais, percebe-se por parte de alguns sujeitos, uma defesa em relação à necessidade de promover as classes menos favorecidas acesso à Internet, ou seja, a inserção desses indivíduos na era digital. Porém, esses mesmos internautas questionam se a proposta de banda larga com velocidade de apenas 1 Mbps e a um custo de R\$ 35,00 é realmente compatível com as reais necessidades da população na atual conjuntura. De acordo com esses argumentos a tecnologia que está sendo implantada, surge “morta” ou no mínimo incompatível com a principal proposta do projeto (ou seja, a democratização e inclusão digital). Por exemplo, de acordo com informações da Anatel, a Internet de 2 Mbps passou a ser uma das mais populares do país e alguns provedores como da empresa espanhola Telefônica e a empresa Net oferecem planos de 1 Mbps por R\$ 39,90, esses R\$ 4,90 de diferença representam uma capacidade de download ilimitado (diferente do limite de download de 300 Mb do PNBL). Diante disso, porque alguém ainda teria interesse em contratar um serviço como o proposto pelo PNBL?

Outro aspecto que contribui para essa lacuna tecnológica é o *investimento desigual* em infraestrutura, por exemplo, em relação às regiões ou cidades de maior poder econômico e as regiões rurais ou marginalizadas (GRAHAM; MARVIN, 1996, 2001). Alguns discursos analisados como dos usuários de Internet criticam o fato de muito está sendo

investido em grandes construções para a Copa do Mundo Fifa 2014, quando o mesmo capital poderia estar sendo utilizado no desenvolvimento do PNBL. A *discriminação* também é identificada por Servon (2002) como fator responsável por reforçar as divisões digitais. Escolas localizadas em regiões mais pobres não possuem as mesmas condições de desenvolver uma educação no nível de escolas privadas e caras. Uma das causas pode estar relacionada às diferenças pedagógicas e de qualificação dos professores. Além da educação da população como já discutido apresenta-se agora como necessária a qualificação daqueles que capacitam os primeiros. Grande parte dos grupos analisados indicam discriminações principalmente das regiões rurais e dos municípios menos favorecidos. A discriminação também pode ser identificada nos conteúdos, nos hardwares e nos softwares que refletem a cultura e a preferência daqueles que os produzem.

Outro fator ligado às lacunas tecnológicas e sociais da era digital está relacionado às inconsistências e desarticulações entre as políticas públicas ou agendas de inclusão digital e a “real” necessidade da população. A Proteste e alguns usuários defendem que o acesso a Internet e as políticas de telecomunicações devem ser tratados como direito civil e que devem ser implantadas Políticas Públicas para tratar a ausência desses serviços dessa forma. No contexto da sociedade informacional, o acesso à Internet é tão importante para a vida dos cidadãos quanto à construção e manutenção das estradas, ruas, parques, livrarias e centros culturais (CHAPMAN; RHODES, 1997).

Como vimos em outras seções, as divergências quanto a definição do que seria, afinal, Inclusão Digital impactam diretamente na forma como as políticas públicas vão ser planejadas e implantadas. Igualmente, esses antagonismos influenciarão o modo como os objetivos serão delineados. A Inclusão Digital se apresentou após análise dos discursos em torno do PNBL como um ideal. Foi possível identificar por meio de nosso estudo aqueles sujeitos que buscavam significar a Inclusão

Programa Nacional de Banda Larga: conectando o Brasil, pluralizando o debate

Carvalho Sergio B. de Mello e Cédrick Cunha G. da Silva

Digital compondo no processo cadeias de equivalência. Como vimos, é por meio dessas práticas que ocorrem o processo de subjetivação e construção de identidades políticas. As cadeias podem ser identificadas no Quadro 1 a seguir.

acesso à Internet. O próprio conceito de massificação presente no Decreto que instituiu o PNBL remete a ideia de massa que pode ser compreendida, de acordo com o pensamento Frankfurtiano, como uma dominação política (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Ao

Quadro 1 – Cadeias de equivalência quanto às definições de Inclusão Digital

Conceito Simples de Divisão Digital	Conceito Amplo de Divisão Digital
<ul style="list-style-type: none"> • Telebrás • Anatel • Ministério das Comunicações 	<ul style="list-style-type: none"> • Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital • Teleco • Comitê Gestor da Internet no Brasil • Telebrasil

Fonte: os autores.

Por muito tempo se acreditou que o oligopólio das empresas de telecomunicações garantiria um melhor serviço universal em troca de proteções e exclusividades de prestação de serviço por determinado tempo. Com o surgimento do PNBL ressurgiu o debate em torno dessa concentração. Pequenos e Médios provedores tem se articulado para obter vantagens dentro do PNBL e alcançar um maior equilíbrio no mercado. A defesa por uma lógica de livre mercado que favoreça também as micro, pequenas e médias provedoras de Internet esteve presente em vários momentos nos discursos da Telebrás, da Global Info e do CGI.br. Além dessas, porém com menos frequência, a Anatel e o Ipea se posicionaram a favor de um equilíbrio no mercado de telecomunicações brasileiro.

Onde fica a Comunidade nisso tudo?

Como observamos nas seções anteriores, as articulações em torno do PNBL focam principalmente na questão de acesso e inclusão digital. No entanto, percebemos que os discursos analisados apresentaram foco nas questões de âmbito social. O programa se dedica a uma forma de cidadania onde se irá buscar reduzir a dívida social brasileira, simplesmente por meio de uma massificação do

fazer isso os sujeitos envolvidos na construção do discurso sobre o programa estão ignorando as contribuições e potencialidades democráticas advindas do acesso dos sujeitos à sociedade informacional, por exemplo, por meio da formação de comunidades políticas.

O debate sobre comunidades é importante e necessário, pois a Internet apresenta a possibilidade de formação ou mesmo fortalecimento das mesmas. O que se vê inicialmente é uma ausência desse tipo de debate nos discursos do PNBL. Dessa forma, buscamos aqui contribuir com os debates em torno do programa acrescentando um elemento ausente nos atuais discursos. Dos que foram analisados nenhum apresentou uma preocupação com o debate sobre as possibilidades de formações e articulações entre comunidades políticas. Quando se tratava do uso do PNBL para fins políticos, no geral, os sujeitos se referem à utilização dos serviços de governos eletrônicos que, de acordo com estudos do CGI.br, vinculam-se a necessidades e serviços individuais.

Diversas questões podem estar articuladas com a ideia de comunidade. Essa ideia é amplamente construída a partir de questões

Programa Nacional de Banda Larga: conectando o Brasil, pluralizando o debate

Carvalho Sergio B. de Mello e Cédrick Cunha G. da Silva

relacionadas a relações de trabalho e comercialismo até aspectos éticos, identitários, de ativismo social e de inteligência coletiva. Comunidade pode, de acordo com Little (2002), tomar uma diversidade de formas, porém, em certos discursos políticos ela pode ser tratada retoricamente de modo a esconder sua multiplicidade. Em sua maioria, os discursos em torno de comunidade invocam um imaginário de coesão e unidade direcionando a um consenso e a uma inclusão que não existe. Dessa forma, segundo o autor, a comunidade em vez de incluir, invoca mais uma forma de exclusão.

Em vez de descartar a ideia ou conceito de comunidade, a democracia radical e plural oferece meios de se pensa-la com o intuito de revigorar a esfera pública (LITTLE, 2002). Uma de suas potencialidades está relacionada à possibilidade de mudanças e gerações de novas formas de governanças advindas de pressões de esferas da sociedade civil por meio de comunidades fortalecidas em favor dessas mudanças. Porém, alguns discursos excluem essa possibilidade da sociedade civil se fortalecer. Essa ausência nos discursos analisados reforça a centralidade da inclusão digital enquanto massificação do acesso à banda larga. Contudo, indica uma necessidade de inserção de novos elementos no debate sobre o Programa Nacional de Banda Larga direcionada à persistência de espaços políticos que envolvam todos os sujeitos. Sejam esses da sociedade civil, esfera pública e iniciativa privada.

Os discursos analisados ao longo desse artigo simplesmente não consideram ou silenciam esses tipos de discussões. Isso contribui para que o poder público e o empresariado construam um discurso que exclui do debate em torno da comunidade política, obliterando dessa forma as diferenças. Esses achados indicam uma similaridade com os apresentados por Peixoto (2010), ou seja, também identificamos por meio do estudo uma fragmentação do debate em torno do PNBL e participação insignificante da sociedade civil, por conta de práticas hegemônicas em favorecimento ao mercado privado de telecomunicações.

A forma de se pensar o conceito de comunidade política enquanto consenso e coesão ignora as divisões sociais e as desigualdades de poder (MOUFFE, 2000). Esse pode ser utilizado erroneamente em um processo de produção imaginária de um consenso pelo fato de ser empregado enquanto metáfora para interesses coletivos compartilhados e para o bem comum. Essa ideia consensual de comunidade, de fato, não anula a diversidade ou pluralidade da vida social e política, mas apenas obscurece suas diferenças e seus antagonismos. Conforme alerta Little (2002, p. 375), *consenso pode ser fabricado através do uso de comunidade*.

Tal conceito deve considerar que os pontos de vista, crenças e ideias presentes nas comunidades não são fixos, mas estão em uma constante dinâmica de mudanças (MOUFFE, 2000; LITTLE, 2002). Isto se justifica pelo fato de os indivíduos fazerem parte

**Programa Nacional
de Banda Larga:
conectando
o Brasil,
pluralizando
o debate**

**Carvalho Sergio
B. de Mello e
Cédrick Cunha
G. da Silva**

de uma gama de outras comunidades que se cruzam e que em certos momentos seus interesses e pontos de vista se contrapõem uns aos outros. Não se pode negar que o consenso pode estar presente em algum momento, porém ele não é permanente e também está envolvido na dinâmica e no fluxo das posições de sujeitos. Por outro lado, nenhuma comunidade sozinha pode ser capaz de constituir uma identidade política plena para o cidadão.

As questões apresentadas no texto sobre Inclusão Digital e Comunidade não se esgotam nesse artigo. Além dessas, diversas outras podem vir a ser contempladas com o intuito de enriquecer o debate sobre o futuro do PNBL.

Como podemos perceber a adoção e implantação de um programa que procure inserir sua população na era digital, não apenas pelo acesso à Internet, é de grande importância para reduzir as desigualdades socioeconômicas e geopolíticas do país. No entanto, na forma com que o Programa Nacional de Banda Larga vem sendo desenvolvido, seus objetivos parecem ficar cada vez mais distantes e impossíveis de serem alcançados. Estudos acadêmicos não só contribuem com esses debates, mas também representam discursos essenciais para a construção discursiva do programa. Visto isso, futuros estudos devem ser realizados com o objetivo de manter visíveis as lacunas e as heterogeneidades em torno do mesmo.

Notas

* Professor Associado 3 da Universidade Federal de Pernambuco e membro do Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD/UFPE) e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Inovação, Tecnologia e Consumo (GITEC/UFPE). Pesquisador nível ID do CNPq. E-mail: sergio.benicio@pq.cnpq.br, sergio.mello@ufpe.br.

** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD/UFPE) e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Inovação, Tecnologia e Consumo (GITEC/UFPE). E-mail: cedrickgomes@gmail.com, cedrick.silva@ufpe.br.

¹ Banda Larga é o termo por meio do qual se designa o tráfego de dados em alta velocidade na Internet, de maneira contínua e ininterrupta. Ela pode ser definida como "meio de transmissão cuja largura da banda de frequência é suficientemente grande para ser dividida, permitindo assim a utilização simultânea de vários canais separados para dados, voz e imagens, funcionando cada canal sobre uma frequência distinta" (APDSI, 2007, p. 21).

² A Eletronet é uma empresa que oferece serviços de transporte de dados, voz e imagem para operadoras de telecomunicações, contando com mais de 16 km de rede de fibra ótica integrada às redes de transmissão de energia elétrica. Disponível em: <http://www.eletronet.com.br>. Acesso em: 20 de novembro de 2011. A Eletronet está em processo de autofalência desde 2003, devendo cerca de R\$ 1,3 bilhão a fornecedores e bancos.

³ Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresa 2010. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.cetic.br/tic/microempresas/2010/index.htm>. Acesso em: 12 de novembro de 2011.

⁴ Trivinho (2007) apresenta em sua obra o conceito de dropto referindo-se a uma elite de indivíduos que possuem

condições cognitivas e financeiras para acompanhar com velocidade as transformações tecnológicas, realizando inclusão permanente na cibercultura. Dromo é um prefixo grego que significa agilidade, propensão.

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2001-2010/2010/Decreto/D7175.htm. Acesso em: 15 ago. 2011.

⁶ Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/brasilconectado>. Acesso em: 25 de outubro de 2011.

⁷ De acordo com o documento base do Programa Nacional de Banda Larga divulgado em 30 de novembro de 2011, os componentes do CGPID são: Casa Civil da Presidência da República, Gabinete Pessoal do Presidente da República, Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e os Ministérios das Comunicações, da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Saúde e, por fim, da Fazenda. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/brasilconectado>. Acesso em: 25 de outubro de 2011.

⁸ De acordo com a Lei n. 9.742, de 16 de julho de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9472.htm. Acesso em: 15 ago. 2011.

⁹ Documento aprovado pelo CGI.br e enviado ao Ministério das Comunicações e à Anatel (Ago/2008). Disponível em: <http://cgi.br/infoteca/documentacao/documento-cgibr-rede-de-transporte.pdf>. Acesso em: 16 de dezembro de 2012.

¹⁰ Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3002&secao=318. Acesso em: 01 de março de 2011.

Programa Nacional de Banda Larga: conectando o Brasil, pluralizando o debate

Carvalho Sergio B. de Mello e Cédrick Cunha G. da Silva

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *A Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- APDSI. *Glossário da Sociedade da Informação – versão 2007*. Portugal, 2007. Disponível em: http://www.apdsi.pt/uploads/news/id138/gloss%C3%A1rio%20da%20si%20-%20vers%C3%A3o%202007_9040-02.pdf. Acesso em: 15 dezembro, 2012.
- BARNARD-WILLS, David. *The articulation of identity in discourses of surveillance in the United Kingdom*. PhD thesis, University of Nottingham, 2009.
- BURITY, Joanildo A. *Teoria do Discurso e Análise do Discurso: sobre política e método*. Em: WEBER, Silke; LEITHÄUSER, Thomas (Org.). *Métodos Qualitativos nas Ciências Sociais e na Prática Social*. Ed. UFPE: Recife, 2007.
- CHAPMAN, Gary; RHODES, Lodi. (1997). Nurturing neighborhood nets. *Technology Review*. Disponível em: <http://www.techreview.com/articles/oct97/chapman.html>. Acesso em: 10 dezembro, 2011.
- CRAMPTON, Jeremy W. *The Political Mapping of Cyberspace*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.
- COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.br). *Documento aprovado pelo CGI.br e enviado ao Ministério das Comunicações e à Anatel*. Disponível em: <http://www.cgi.br/infoteca/documentacao/documento-cgibr-rede-de-transporte.pdf>. Acesso em: 16 dezembro 2012, 2008.
- FEENBERG, Andrew; BARNEY, Darin (Eds.). (2004). *Community in the Digital Age: Philosophy and Practice*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield.
- GRAHAM, Stephen; MARVIN, Simon. *Telecommunications and the city: Electronic spaces, urban places*. New York: Routledge, 1996.
- _____. *Splintering urbanism: Networked infrastructures, technological mobilities, and the urban condition*. New York: Routledge, 2001.
- HOWARTH, D.; STAVRAKAKIS, Y. *Introducing Discourse Theory and Political Analysis*. In: HOWARTH, D.; NORVAL, A. J.; STAVRAKAKIS, Y. *Discourse Theory and Political Analysis*. Manchester: Manchester University Press, 2000.
- INSTITUTO HUMANISTAS UNISINOS (IHU). (2010). *Entrevista de Marcelo D'Elia Branco ao IHU ONLINE*. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3002&secao=318. Acesso em: 1º março, 2011.
- JORGENSEN, M.; PHILLIPS, L. *Discourse Analysis as Theory and Method*. London: Sage, 2002.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London & New York: Verso, 2001.
- LEMONS, André. *Cibercidade: as cidades na cibercultura*. Rio de Janeiro: E-papers serviços editoriais, 2004. Ip
- LITTLE, Adrian. *Community and Radical Democracy*. *Journal of Political Ideologies*, 7(3), 369-382, 2002.
- MOUFFE, Chantal. *The Democratic Paradox*. Verso: London, UK, 2000.
- _____. *Democracia, cidadania e a questão do pluralismo*. *Política e Sociedade*, v. 2, n.º. 3. Santa Catarina, 2003.
- NORVAL, A.J. *Deconstructing Apartheid Discourse*. London & New York: Verso, 1996.
- OCDE. (2006). *Rethinking Universal Service for a Next Generation Network Environment*. Working Party on Telecommunication and Information Service Policies. Disponível em: http://www.oecd.org/LongAbstract/0,3425,en_2649_34225_36-503874_1_1_1_1,00.html. Acesso em: 14 novembro, 2011.
- PEIXOTO, Elisa V. L. *Programa Nacional de Banda Larga: análise sobre a formação da agenda da universalização da banda larga no Brasil*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação (FACE) da Universidade de Brasília (UnB), 2010.
- SERVON, Lisa J. *Bridging the Digital Divide: technology, community and public policy*. Blackwell Publishing, 2002.
- TRIVINHO, Eugênio. *A dromocracia cibercultura: lógica da vida humana na civilização mediática avançada*. São Paulo: Paulus, 2007.
- VIRILIO, Paul. *Velocidade e Política*. 2ª ed. São Paulo: Estação da Liberdade, 1997.

Programa Nacional de Banda Larga: conectando o Brasil, pluralizando o debate

Carvalho Sergio B. de Mello e Cédrick Cunha G. da Silva